

H
M

ATA Nº: 1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 23 de fevereiro de 2013

No dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e treze, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da ata da 5ª sessão ordinária realizada no passado dia 14 de dezembro de 2012.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 – Assembleia Municipal de Chaves/Reforma do Sistema Judiciário. Manutenção do Tribunal de Chaves como Tribunal de comarca de Chaves / Proposta.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e seis (56) membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Clotilde Magalhães, António Santos, Rui Alves, Sónia Fernandes, Francisco Surreira, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, Ricardo Moura, Amadeu Fortunas, António Dias e Paulo Pinto.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os Vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, Adelino Augusto Santos Bernardo e Duarte José Crespo Gonçalves.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Domingos Vasconcelos, Rui Alves, Manuel Ramos, Maria de Fátima Crespo, António Cascais, Jorge Fernandes e António Miranda.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Carla Rodrigues, Filipa Alves, Pedro Giesteira, António Dias e Paulo Pinto.

Registando-se quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da ata da 5ª sessão ordinária realizada no passado dia 14 de dezembro de 2012.

A ata da sessão ordinária do dia 14 de dezembro de 2012 foi posta à consideração, tendo o deputado Acácio Gonçalves feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que se deveria ter mais cuidado na redação das atas, pois, na última reunião, disse que acabava com os vencimentos da administração e que os equiparava ao de vereador municipal e disse que o facto da lei permitir a alienação das participações sociais detidas pela EHATB nas diversas empresas municipais não se pode alhear de que as ações detidas por este município não podem ser entregues a Boticas e Chaves, como é o caso de duas empresas que são entregues a estes dois municípios vizinhos. Pediu novamente ao Presidente da Câmara que dissesse alguma coisa sobre este assunto.

Realçou ainda o parágrafo “o deputado Acácio Gonçalves disse que este assunto lhe faz lembrar a questão dos submarinos. Quem os comprou foi o Portas, mas quem os vendeu foi o Guterres”. Ele não disse nada disso. O que disse foi que quem encomendou os submarinos foi o Guterres e quem os recebeu foi o Portas. Temos que ser sérios, pois futuramente quem ler as atas diz que os deputados não sabiam o que diziam.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com seis abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, face à renúncia ao mandato pelo deputado Nuno Alves Pereira, o mesmo é assumido em definitivo pela deputada Sandra Manuela Gonçalves Pereira.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou autorização à Assembleia para proceder à introdução de nove pontos à ordem de trabalhos da presente sessão, a saber:

4.3 – Proposta respeitante à alienação, a título gratuito e em regime de contitularidade, a cada um dos seis Municípios acionistas da empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, de um sexto indiviso das quotas por esta detidas nas sociedades EEA-Empreendimento Eólico de Alvadia, Lda, Eólica de Atilhó, Lda, Eólica da Padrela, Lda, Empresa Eólica do Barroso, Lda, ATBERG-Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda e Empreendimento Eólico de Viade, Lda, bem como sobre a consequente aquisição pelo Município daquelas participações sociais.

4.4 – Proposta respeitante à alienação, a título gratuito e em regime de contitularidade, a cada um dos seis Municípios acionistas da empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, de um sexto indiviso das participações sociais por esta detidas nas sociedades Eólica da Serra das Alturas, SA e Eólica de Montenegrelo, SA, bem como sobre a consequente aquisição pelo Município daquelas participações sociais.

4.5 - Proposta respeitante à alienação, a título gratuito, a cada um dos seis Municípios acionistas da empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, das participações sociais por esta detidas nas empresas públicas "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A" e "RESINORTE-Tratamento e Valorização dos Resíduos Sólidos, S.A", bem como sobre a consequente aquisição pelo Município daquelas participações sociais.

4.6 – Proposta respeitante à alienação, a título gratuito, aos Municípios de Boticas e Chaves, respetivamente, das participações sociais detidas pela empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, na empresa local "Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA" e na sociedade "MARC - Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A."

4.7 – Proposta respeitante à alienação a terceiros das participações sociais detidas pela empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, nas sociedades "DOUROGÁS PROPANO - Companhia Comercializadora de Propano, S.A", "SONORGÁS - Sociedade de Gás do Norte, S.A" e "PROBIOMASS -BIOMASSA, LDA".

4.8 – Proposta respeitante à dissolução das empresas "Hidrolouredo-Hidroelétrica do Louredo, Lda." e "Hidroelétrica de Daivões, Unipessoal, Lda." detidas pela empresa EHATB - Empreendimentos

Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, e ainda da sociedade participada "Hidrocentrais de Mosteirão, S.A".

4.9 - Proposta respeitante ao projeto de fusão por incorporação das sociedades EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, sociedade incorporante, e das sociedades Eólica de Barbadães, Unipessoal, Lda, Eólica do Leiranco, Unipessoal, Lda e Eólica da Serra de Mairós, Unipessoal Lda, sociedades incorporadas.

4.10 – Proposta respeitante à designação do Fiscal Único da empresa local EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA.

4.11 – Proposta respeitante ao Contrato Programa para 2013 a celebrar com a empresa local/Para conhecimento.

Deliberação: Autorizado o agendamento por unanimidade.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, Domingos Vasconcelos, João Soares, Pedro Barroso e José Carvalho.

O deputado António Cascais disse que há pouco tempo foi intervencionada a rotunda da Pipela. Continua uma vergonha. Perguntou se a sua reparação vai ser a custo do empreiteiro ou é a Câmara que paga.

O deputado António Ferreira disse que o tema levantado pelo deputado António Cascais também era para ser levantado por ele, mas acredita que haja uma explicação para tal degradação.

Manifestou o seu total desagrado com a atitude que a atual direção do agrupamento de escolas de Montalegre teve com todos os membros desta assembleia, quando esta negou a visita às novas instalações do centro escolar. Disse que ficou chateado com esta negação, mas mais chateado ficou quando soube que o PSD solicitou a visita ao mesmo espaço e as portas foram franqueadas. Deve-se concluir que o centro escolar só poderá ser visto por alguns partidos políticos que neste momento são oposição da Câmara Municipal. Quem assim procede e com estas atitudes cai por terra dizer que está à frente da direção das escolas de Montalegre um militante socialista.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a extensão de saúde de Ferral está em condições degradantes e que o Presidente da Câmara deveria tomar uma atitude em relação a isso. Os doentes que vão lá ainda saem de lá mais doentes. Perguntou ao Presidente da Câmara o que pensa em relação ao referido espaço.

Perguntou ao Presidente da Câmara sobre a atribuição de verba à Junta de Freguesia, em de Outubro de 2012, verba essa que se destina à colocação de

calçada à portuguesa e colocação de paralelos em Sidrós. Não sabe que obra foi e porque motivo foi feita.

Falou do caminho da tapada pois estão a apertar o caminho com a construção de um muro. A Câmara deveria estar mais atenta a estas situações.

Falou sobre os caminhos do canto e da levada e disse que o Presidente da Câmara vai cessar funções sem os fazer, mas deveria pois trata-se de um erro de uma obra camarária.

O deputado João Soares disse que se vê muita incompetência em todo o lado, principalmente quando se verifica falta de união na defesa dos interesses de todos os Barrosões, quando os nossos interesses são atacados, quando as nossas condições de vida são reduzidas e a nossa qualidade de vida fica a perder. De há um ano e meio a esta parte que se tem vindo a assistir a discursos políticos do reduzir, do cortar, do emagrecer, do empobrecer e mais recentemente, depois de se cantarem acordes de determinada música, o discurso mudou. Agora é poupar. Cortar em tudo o que é regalias sociais não pode ser, não se pode admitir. O território é muito desigual. A mesma lei não se pode aplicar a todo o território e, quando estão em causa bens sociais como educação e saúde, deve-se ter mais atenção. O Partido Socialista de Montalegre entende que, na área da saúde, o assunto deve ter atenção especial. Referiu que o internamento no Centro de Saúde já foi fechado e que as extensões estão para fechar. Há gente que não tem condições para fazer deslocações e suportar tais despesas.

Desta forma, e em nome do Partido Socialista de Montalegre, apresenta uma proposta que deveria ser de todos os Barrosões.

O deputado Pedro Barroso, sobre a proposta apresentada, disse que o que está a acontecer na saúde foi o que aconteceu com a educação e a Câmara Municipal de Montalegre e o Partido Socialista não se manifestaram tanto e até se mexeram para fechar escolas que tinham condições para se manter abertas. O problema da saúde, da educação e da justiça chama-se desertificação. Se governassem para manter as pessoas seria mais fácil manifestarem-se. Sendo honestos, é preciso dizer que alguns serviços são questionáveis.

Perguntou pelo serviço móvel de saúde que a Câmara Municipal criou há alguns anos atrás. Perguntou o que aconteceu à viatura pois possivelmente podia cobrir algumas falhas.

Falou ainda de dois lugares de estacionamento, atrás do edifício da Câmara, destinados a pessoas com deficiência, no entanto, a primeira coisa com que se deparam é com um escadario. Deveria ter uma rampa de acesso.

Disse que no programa da Feira do Fumeiro constava uma chega de bois, mas esta não se realizou por intervenção direta do Presidente da Câmara, o que causou um grande transtorno aos organizadores e aos aficionados. Percebe que o Presidente da Câmara temesse pela falta de gente na feira, pois o domingo ficou muito aquém do habitual, mas nada justifica a atitude do quero, posso e mando. A Câmara é duplamente culpada. Primeiro porque anunciou a chega de bois e depois porque propagandeou um chegódromo que nunca chegou a aparecer. O local é perigoso porque tem um grande declive e pensa que só serão tomadas medidas quando houver lá um acidente.

O deputado José Carvalho perguntou para quando está previsto o pagamento da sanidade animal.

Disse que têm vindo a ser aprovados muitos projetos agrícolas no concelho de Montalegre, mas há muitos entraves nos licenciamentos dos armazéns e pede mais celeridade nesse assunto. Estes projetos têm fixado alguns jovens nas nossas aldeias e isso deveria ser mais valorizado.

O deputado João Soares apresentou a seguinte proposta à Mesa, sobre o Centro de Saúde de Montalegre Internamento e outros serviços:

“PROPOSTA, CENTRO DE SAÚDE DE MONTALEGRE, Internamento e outros serviços:

O Centro de Saúde de Montalegre está doente. Há algum tempo que se vem debatendo com falta de medicamentos e outro material. E, como se isso não bastasse, lançaram restrições ao funcionamento, e outras virão a caminho.

Há dias, depois de assumir perante o senhor Presidente da Câmara que ia diligenciar junto da Segurança Social e da Misericórdia de Montalegre para encontrar uma solução para o internamento, o senhor diretor do ACES do Alto Tâmega decidiu “por os doentes a andar” e encerrou o serviço de internamento do Centro de Saúde de Montalegre.

A Assembleia Municipal não compreende os argumentos apresentados de falta de cobertura legal porque não houve legislação nova e o internamento sempre funcionou com a lei existente. Mas mesmo que houvesse qualquer constrangimento, para que são os governos se não para mudar as leis e adaptá-las ao interesse do país e das pessoas?

Achamos ainda mais incompreensível este encerramento porque em julho estará concluída a Unidade de Cuidados Continuados da Misericórdia. Porque é que não se esperava até lá? Então o Estado vai assumir o funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados para 40 utentes e manda fechar este serviço que atendia em média 10 utentes?

Este encerramento não representa qualquer racionalização dos serviços: havia instalações, equipamentos e pessoal. As despesas de refeições, servidas por um centro social, não podem ser argumento até porque, ao que sabemos, a Câmara estaria e está disposta a suportar esse encargo.

A Assembleia Municipal de Montalegre manifesta o seu protesto por esta medida precipitada e pede a reabertura do serviço, ao mesmo tempo que contesta a intenção de encerramento de mais serviços no Centro de Saúde de Montalegre, declarando todo o apoio às Juntas de Freguesia e às populações espalhadas pelo concelho.

Somos um Município dos maiores do país, envelhecido, com a área da ilha da Madeira, sem transportes públicos suficientes e que deve ter os cuidados de saúde acessíveis a toda a população do concelho.

Apelamos, por isso, ao bom senso do Senhor Ministro da Saúde para que revogue a decisão tomada e para que preste a devida atenção à população de

um dos concelhos mais marginais e mais pobres do interior. Montalegre, 23 de Fevereiro de 2013. Assinado, os membros da assembleia municipal de Montalegre.”

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que não precisamos de ser lembrados para sabermos que temos que estar atentos em defesa das pessoas que nos elegeram.

Disse que o deputado João Soares foi ao fundo do armário da história buscar a fundamentação para apresentação da proposta. Mas os tempos são outros, as pessoas mudam. Não podemos partidarizar.

Disse que António Costa, membro do PS, disse que “resolve-se a crise combatendo as suas causas, o regabofe e a corrupção”.

Referiu que o Presidente da Assembleia disse que há uns tempos atrás que a Unidade de Cuidados Continuados deveria estar ligada ao Centro de Saúde. Se calhar uma coisa ajudaria a outra.

Sobre as extensões do Centro de Saúde, disse que não lhe parece que sejam para fechar, mas poderá haver ajustamentos.

Disse que, basicamente, está a favor da proposta apresentada porque entende que na substância as extensões do Centro de Saúde devem ser mantidas devido à extensão territorial do concelho.

O deputado João Soares disse que fundamentou a proposta com todo o processo de cortes que está em curso. Todos os dias somos confrontados com a realidade. As previsões falham, as receitas falham, a política social falha sendo o país conduzido ao empobrecimento. Mas entende que é uma proposta em nome dos barrosões.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara saudou todos os membros da assembleia por terem aprovado por unanimidade a proposta sobre o internamento e o Centro de Saúde Montalegre. Pensa que todos juntos teremos mais força. Os deputados municipais foram eleitos para defender os interesses da nossa gente. Pensa que haverá abertura por parte do senhor Ministro da Saúde e do Diretor do ACES para que se mantenha, pelo menos, aquilo que já existe.

Disse que a Câmara está do lado do Governo, é preciso racionalizar, mas que tudo tem de ser feito sem por em causa a igualdade do acesso aos serviços de saúde para todos.

Disse que está à vontade para falar deste assunto porque, quando foi o encerramento da Escola da Misarelacoop, era um Governo do PSD, mas porque realmente não havia condições, ele concordou com o fecho e também concordou com o agrupamento das escolas porque isso não prejudica a qualidade da educação.

Disse que as pessoas o conhecem e sabem as cores que defende, mas defende acima de tudo os interesses das populações e do nosso concelho.

Disse que na regeneração urbana há muitas obras a fazer, 400 mil euros para encerrar e a responsabilidade é do empreiteiro, mas tem que se ver que o clima não tem ajudado.

Sobre o Agrupamento de Escolas de Montalegre disse que gostava que houvesse melhor relacionamento entre a Câmara e a Escola. Não houve chave para os membros da assembleia municipal irem visitar as instalações, mas também não houve chave para reparar o aquecimento durante as férias. Disse que mandou saltar o gradeamento para que o aquecimento estivesse a funcionar em pleno no início do período escolar.

Disse que o bar do centro escolar já tem linha telefónica e brevemente tudo irá ser resolvido, mas o bar podia funcionar provisoriamente.

Disse que o deputado Domingos Vasconcelos fala sempre em investimentos e restrições, mas já está habituado a isso. Tanta crítica às obras públicas feitas pela autarquia, mas não falam que o Governo anunciou mil milhões de euros para o porto de mar, apenas na cidade de Lisboa. Aqui está mais uma visão centralista que marginaliza todo o resto do país, num momento de crise e de dificuldades.

Explicou a verba gasta no caminho de Sidrós dizendo que foi para beneficiar o regadio e a sua passagem e uma zona de estacionamento no centro da aldeia.

Sobre o caminho que está a ser estreitado, disse que não sabe do que se trata, mas anotou para que os fiscais vão ver o que se passa.

Sobre o caminho do campo, disse que pediu orçamento para que haja uma orientação.

Realçou a intervenção do deputado João Soares e disse que este Governo sofre de uma grande falta de credibilidade. O PSD, antes de ir para o Governo, disse que para acabar com a crise só bastava mudar o Primeiro Ministro e cortar as gorduras. Disse que o país não aguentava mais austeridade e agora fazem exatamente o contrário. Depois são enxovalhados em todo o lado. O Governo tem pessoas que faziam um favor ao país se se demitissem. O que está mal é a política neo liberal deste governo que está a enterrar o país. Vai ficar na história como o Governo que mais desemprego originou, mais aumentou o défice e mais dívida pública criou.

Disse que se assume como defensor da racionalidade dos meios e disse também que já assumiu responsabilidades quando estas eram do Governo.

Disse que a Unidade de Cuidados Continuados avançou não por vontade do Presidente da Câmara nem do Provedor da Santa Casa da Misericórdia. A lei não permitia que a Câmara tomasse conta das instalações do Centro de Saúde, porque era essa a sua posição e do então provedor Sr. Manuel Pereira.

Sobre a educação no concelho de Montalegre, disse que julga que todos os alunos têm agora melhores condições e espera que eles aproveitem.

Sobre a saúde, disse que a Câmara está pronta para assumir as suas responsabilidades, mas não pode assumir as competências que cabem ao Governo. Se for preciso pagar refeições às pessoas internadas, a Câmara pagará. Sobre a unidade móvel de saúde, disse que teve que parar porque o Ministério da Saúde não estava a cumprir com as suas obrigações. A viatura estava preparada para ter um médico e isso constava do protocolo, mas nunca foi cumprida. Para fazer serviço domiciliário de enfermagem foi comprada uma

15

viatura mais pequena e mais prática para ir a casa das pessoas e foi entregue à Misericórdia.

Sobre a Feira do Fumeiro disse que não é de "tendeirices" e o que faz, assume responsabilidades.

Disse que é verdade que no domingo houve menos negócio e as perspetivas ainda eram priores. Disse que aceita isto de forma realista e não vale a pena dizer que noutros sítios é melhor porque também anda por lá e bem sabemos o que se passa e basta falar com os produtores.

Disse que tomou a decisão de cancelar a chega porque as pessoas iriam molhar-se e depois, em vez de virem para feira novamente, iriam-se embora para as suas terras. Foi uma decisão como outra qualquer e levantar este problema na assembleia municipal é uma mesquinha. Em primeiro lugar está a feira, os produtores e o negócio.

Sobre a sanidade animal, disse que as associações já estão a preparar a documentação necessária para se proceder ao pagamento. As explorações agrícolas deverão cumprir as regras como todos.

Em relação ao urbanismo, disse que a regra é a do PDM. Não se pode construir em área proibida por lei, mas de vez em quando aparecem na Câmara umas pessoas que não entendem e não se consegue resolver facilmente este problema. A beleza do nosso concelho merece que as regras do urbanismo sejam cumpridas. As regras para a construção de estábulos são muito rígidas. Tem que se encontrar soluções para se instalarem boas explorações agrícolas para serem rentáveis e competitivas. E para isso tem de ser grandes e não podem ser dentro das aldeias.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, Pedro Barroso e José Carvalho.

O deputado António Cascais, sobre o centro escolar, disse que as instituições estão a ir por um caminho que não é proveitoso para ninguém.

Disse que alguns deputados do PSD fizeram a visita ao centro escolar pois fizeram atempadamente o pedido da visita dirigido ao presidente do agrupamento e à direção regional de educação. Julga que os agendamentos e o pedido não foram feitos fora de tempo. Cada um fica com a sua razão.

Disse que muitas das referências feitas pelo presidente da Câmara não tem qualquer fundamento e lembra que em 2001 a dívida pública era de 55% e em 2011 a dívida era de 93%.

Sabe que o Presidente da Câmara quer falar do plano de ajuda da Troika e dos 78 mil milhões que têm vindo em tranches e este dinheiro preciso de ser pago. Na defesa de princípios político partidários, admite que os condenaria a todos e também condena o Presidente da Câmara, porque Montalegre também tem muita obra que agora a Troika está a pagar. Há muita obra que se faz e que se desfaz e isso custa muito dinheiro. Também custa dinheiro o espalhafato e a bazófia que o Presidente da Câmara faz e deu o exemplo da parada de máquinas limpa neve. Falou ainda da EHATB e da embaixada que foi à Áustria, composta pelos Presidentes de Câmara do Alto Tâmega, para nos trazerem ensinamentos sobre energias renováveis.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a obra de beneficiação de um regadio que anteriormente referiu o Presidente da Câmara não está correto, porque não se trata de um regadio, como obra pública, mas de um rego que vem de um poço para três herdeiros. Foram lá utilizadas manilhas, caixas e tampas de saneamento, não foi arruamento em Sidrós. A verba está bem atribuída, mas deveria ser mais especificada. A aldeia deveria ser beneficiada com a limpeza de caminhos e do cemitério, pois estão uma vergonha e trata-se de uma zona turística já que é um local de passagem para a Ponte de Misarela. Sobre a extensão de saúde de Ferral, disse que o Presidente da Câmara nada disse sobre o caso. Não se sabe se fecha ou não, mas enquanto aquilo existe a Câmara deveria por aquilo com condições mais admissíveis e podia utilizar as verbas vinda da EDP, uma vez que as populações daquela zona foram bem penalizadas com a barragem. Devia haver mais justiça social nesta área. Sobre o caminho do campo, disse que vê agora uma luz ao fundo do túnel.

O deputado Pedro Barroso disse que referiu o tema das chegas de bois na Feira do Fumeiro para falar da obra do chegódromo. Se a verba veio, se a Câmara tem disponibilidade financeira, perguntou porque é que não se faz a obra e elimina-se aquele foco de perigo público.

Sobre o Centro Escolar, disse que o PSD agiu de boa-fé e cumpriu todas as regras para a visita e não sabe se se passaria o mesmo com os outros pedidos.

O deputado José Carvalho disse que há de facto explorações com três vacas e um burro, mas essas são pessoas idosas e não podemos acabar com elas. O que pede ao Presidente da Câmara não são facilidades para os agricultores, nem que se ultrapasse a lei. Pede apoio para esta gente que se quer ali instalar.

O Senhor Presidente da Câmara disse que quando o António Costa falou em regabofe se referiria ao Alberto João Jardim e provavelmente ao BPN. Compreende que o PSD local tenha dificuldades em justificar a política do Governo, mas não andassem a enganar os portugueses. O que está mal é deixarem que a Golden Saches mande na economia da Europa e até mesmo na economia mundial. Não se entende porque é que alguns países pagam os juros da dívida pública a 1 e 2% e Portugal paga a 5, 6 e 7%. Acha que isto nos vai levar a muita miséria. Ainda mais do que o que o Governo pensava. As gerações futuras vão pagar muito caro pelos erros de alguns governantes.

Falou do Dr. Cavaco Silva e disse que este foi dos governantes que mais parcerias público privadas fez na área da rede viária. Todos temos culpa. Não podemos dizer que a culpa é das parcerias e não falar do caso BPN, o maior caso de roubalheira do país e que todos nós estamos a pagar.

Disse que o PSD entende que a Câmara fez propaganda com os carros limpa neve, mas a Câmara entende isso como comunicação. E a Câmara tem uma boa equipa nessa área para prestigiar e promover a nossa terra pelo mundo. Pensamos que é bom comunicar e informar para que as pessoas saibam o que se faz em todo o concelho, de forma a formarem o seu juízo de valor.

Quando se fala em finanças e exemplos era bom que se falasse do Município de Montalegre. Quando o PS chegou ao poder, fez-se um levantamento da dívida e

esta era de 100% da receita. A dívida a fornecedores era maior do que a dívida bancária. Hoje a dívida total é de 30% da receita. Um exemplo para todos.

Relativamente à EHATB, disse que é uma empresa única no país, responsável por muito dinheiro e muito investimento. Desta forma, perguntou se não consideravam útil estar a par do melhor que há no mundo, para se conhecer as novas tecnologias, as pessoas e trazer o melhor para nós desses congressos e feiras. Disse que estiveram lá os municípios do Alto Tâmega, mas também lá esteve o Secretário de Estado que disse que Portugal cumpre com os contratos, aludindo o caso de Espanha que cortou cerca de 30% nos contratos das energias renováveis.

Disse que não criticou a ida do PSD à escola. Critica o comportamento do Diretor da escola de não abrir as portas aos membros da assembleia municipal. Havia um problema no aquecimento, que não chegava aos 21º e às últimas três salas, e este mandou uma carta para a DREN onde constava que não havia aquecimento na escola. Para não prejudicar o funcionamento da escola, nas férias foram feitas as reparações necessárias, mas o diretor não queria abrir a porta nem forneceu a chave, que lhe foi pedida através de um funcionário. As pessoas estavam lá a trabalhar e o diretor foi-se meter com eles dizendo que andariam a roubar.

Sobre o regadio de Sidrós, disse que foi uma boa obra. Está um largo limpo e não há duvida nenhuma que o dinheiro foi bem gasto.

Quanto às extensões do Centro de Saúde disse que espera que o Diretor do ACES, ao receber a proposta hoje apresentada na Assembleia Municipal, diga mais alguma coisa. Julga ser muito importante esta decisão unânime da assembleia.

Quanto aos agricultores, disse que concorda que estes devem ser ajudados. Caso disso é a ajuda financeira que a Câmara dá para o pagamento da sanidade animal. Disse que devíamos apostar mais nos produtos endógenos e em explorações sustentáveis. A Câmara não tem só os agricultores para ajudar, também tem jovens desempregados que precisam de apoio e isso é uma prioridade, para além dos idosos e dos desempregados.

Inscreveu-se para terceira intervenção o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais falou de uma manchete de jornal sobre o caso Taguspark que dizia "Figo quis apoiar Sócrates por causa do caso BPN e do BPP". A corrupção não está num partido. Os corruptos entram pela porta onde julgam que estão os seus objetivos.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de

18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Assembleia Municipal de Chaves/Reforma do Sistema Judiciário. Manutenção do Tribunal de Chaves como Tribunal de comarca de Chaves / Proposta

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.3 – Proposta respeitante à alienação, a título gratuito e em regime de contitularidade, a cada um dos seis Municípios acionistas da empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA , de um sexto indiviso das quotas por esta detidas nas sociedades EEA-Empreendimento Eólico de Alvadia, Lda, Eólica de Atilhó, Lda, Eólica da Padrela, Lda, Empresa Eólica do Barroso, Lda, ATBERG-Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda e Empreendimento Eólico de Viade, Lda, bem como sobre a consequente aquisição pelo Município daquelas participações sociais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais disse que confessa a sua impotência relativamente a este assunto e saúda o Presidente da Câmara por ter dado esta explicação. Disse que esta empresa é o maior centro de branqueamento no distrito de Vila Real. Sempre defendeu que a EHATB deveria ser mais transparente e só agora há uma tentativa de correção. Deveria haver um maior esforço de transparência pois a lei assim o obriga. Vota a favor com este reparo ao passado, para que o futuro seja mais transparente.

O deputado Acácio Gonçalves disse que os estatutos iniciais da EHATB dizem que todos os lucros deverão ser repartidos por todos os Municípios acionistas. Disse que os lucros deverão reverter a favor dos Municípios e não das associações e das juntas de freguesia. Se a Câmara quiser dar às associações e às juntas tudo bem, pois cá estará a assembleia municipal para fiscalizar.

Disse que não conseguiu vislumbrar qualquer sociedade da EHATB que tivesse sede em Montalegre. E isso vem contrariar a tese do Presidente da Câmara sobre o IRC. E a passividade do Presidente é de estranhar. Perguntou porque é que a empresa Município e o Mercado de Abastecedor de Chaves vão ter sede, uma em Chaves e outra em Boticas e a alienação a título gratuito. O capital social da Município não é como o Presidente da Câmara diz. São 648.633 ações a 4,90 euros cada uma. É um capital social muito significativo. No Mercado Abastecedor de Chaves as ações são 120.000 a 5 euros cada uma. Entende que Montalegre apenas tenha 0,15% mas esse é dinheiro de Montalegre. Perguntou que argumentos apresentaram na reunião de acionistas para estas empresas irem para estes dois municípios e não para Montalegre.

Disse que o Presidente da Câmara de Montalegre está a desvalorizar uma situação que não tem razão de ser. Por pouco que seja, é dinheiro. Há empresas que vão a hasta pública e perguntou porque razão estas duas não vão a hasta pública porquê. Disse que há interesses escondidos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a EHATB era uma empresa que tinha um fim. Podemos criticar, mas a empresa não tem culpa nenhuma. Era o mecanismo legal que as câmaras tinham para fazer a exploração de energia elétrica. Os antecessores tomaram a melhor opção para todo o Alto Tâmega. Ainda ninguém elogiou quem presidia a empresa. Foi preciso lá meter dinheiro que era para saneamento, estradas e sistemas de água. Na altura era difícil. Hoje todos compreendem o sistema de energias renováveis. É justo deixar aqui o reconhecimento aos autarcas que criaram esta empresa porque foi o melhor que se fez no país. Tudo isto vai ao Tribunal de Contas para se certificar que está de acordo com a lei. Os lucros são divididos pelos seis municípios, mas só são apurados depois de serem retiradas as despesas. A EHATB pode distribuir pelas juntas de freguesia e pelas associações porque esses investimentos são considerados como despesas. A EHATB fez coisas muito boas. Não há desequilíbrios. Os municípios são todos tratados de igual forma.

Sobre as duas empresas que o deputado Acácio Gonçalves falou, disse que Montalegre já tem cá algum lixo tóxico e não quer mais. As ações destas empresas valem dinheiro como as do matadouro. Perguntou se alguém quer as ações do matadouro? Estão ainda pior que o Matadouro, mas, de vez em quando, fazem-se apostas que não resultam. Este caso foi resolvido de acordo com todas as câmaras, com espírito de união do Alto Tâmega.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que de toda a explicação dada pelo Presidente da Câmara ninguém ficou a perceber nada, pois ele não explicou o porquê das empresas irem para Boticas e para Chaves. O valor das ações tem um valor nominal e esse valor pode interessar a alguém. Não acredita que estas empresas não tenham valor. O polvo era tão grande que tinha tentáculos e sub tentáculos. O Presidente da Câmara está a tentar branquear a situação. O dinheiro passa pela Câmara e só depois a Câmara é que distribui. Se é lixo tóxico, a empresa deve ser dissolvida.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não se pode dissolver uma empresa onde só se tem 0,3%. Só se podem dissolver empresas detendo 100% das ações.

Disse que se a Câmara ficar com as ações cujas empresas estão falidas, as câmaras ficam com um ónus pesado, porque a capacidade de endividamento das câmaras vai ser afetada proporcionalmente à dívida dessas empresas. O capital social é um, mas a dívida é muito maior. Aconselhou a que o deputado Acácio Gonçalves falasse não como técnico das finanças mas como autarca porque aí é mais fácil saber qual é valor real das ações do matadouro ou de outra empresa que não funciona e que só tem dívidas.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.4 – Proposta respeitante à alienação, a título gratuito e em regime de contitularidade, a cada um dos seis Municípios acionistas da empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, de um sexto indiviso das participações sociais por esta detidas nas sociedades Eólica da Serra das Alturas, SA e Eólica de Montenegrelo, SA, bem como sobre a conseqüente aquisição pelo Município daquelas participações sociais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.5 - Proposta respeitante à alienação, a título gratuito, a cada um dos seis Municípios acionistas da empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, das participações sociais por esta detidas nas empresas públicas "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A" e "RESINORTE-Tratamento e Valorização dos Resíduos Sólidos, S.A", bem como sobre a conseqüente aquisição pelo Município daquelas participações sociais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.6 – Proposta respeitante à alienação, a título gratuito, aos Municípios de Boticas e Chaves, respetivamente, das participações sociais detidas pela empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, na empresa local

"Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA" e na sociedade "MARC - Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A.".

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.7 – Proposta respeitante à alienação a terceiros das participações sociais detidas pela empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, nas sociedades "DOUROGÁS PROPANO - Companhia Comercializadora de Propano, S.A", "SONORGÁS - Sociedade de Gás do Norte, S.A" e "PROBIOMASS -BIOMASSA, LDA".

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 – Proposta respeitante à dissolução das empresas "Hidrolouredo-Hidroelétrica do Louredo, Lda." e "Hidroelétrica de Daivões, Unipessoal, Lda." detidas pela empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, e ainda da sociedade participada "Hidrocentrais de Mosteirão, S.A".

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.9 - Proposta respeitante ao projeto de fusão por incorporação das sociedades EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, sociedade incorporante, e das sociedades Eólica de Barbadães, Unipessoal, Lda, Eólica do Leiranco, Unipessoal, Lda e Eólica da Serra de Mairos, Unipessoal Lda, sociedades incorporadas.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10 – Proposta respeitante à designação do Fiscal Único da empresa local EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.11 – Proposta respeitante ao Contrato Programa para 2013 a celebrar com a empresa local/Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

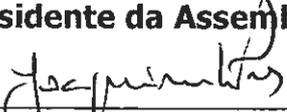
5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia



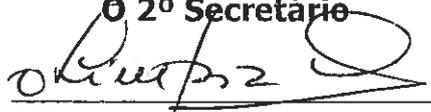
Joaquim Lopes Pires

O 1º Secretário



Manuel António Silva Carvalho

O 2º Secretário



Olímpia Maria Fernandes Caldas Vinhas